

**CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DE ESTUDANTES DE
ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA UNIVERSIDADE
PÚBLICA NO BRASIL**

Márcia Prezzotti Palassi*
mprezotti@hotmail.com

Geruza Ferreira Martins**
geruzafm@gmail.com

Ana Paula Paes de Paula***
appaula@face.ufmg.br

*Universidade Federal do Espírito Santo

** Instituto Federal do Espírito Santo

***Universidade Federal de Minas Gerais

<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.05115.59875>

Recebido em 05/11/2015

Aprovado em 30/05/2016

Disponibilizado em 31/01/2017

Avaliado pelo sistema "double blind review"

Revista Eletrônica de Administração

Editora-chefe: Aurora Zen

ISSN 1413-2311 (versão "on line")

Editada pela Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Periodicidade: Quadrimestral

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

RESUMO

Este artigo analisa a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira quanto à participação cidadã em lugares públicos participativos. A discussão se baseia no modelo de análise da consciência política para compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001). Os dados foram coletados e analisados em duas etapas, por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas em 2014, submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Os resultados revelam como justificativas citadas pelos estudantes que participam o interesse em exercer a cidadania, em melhorar as políticas públicas, o gosto por assuntos públicos e defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito. Nos estudantes com participação mais ativa, evidenciam-se *crenças, valores e expectativas societais*, articuladas à *eficácia política, identidade coletiva, interesses antagônicos, sentimentos de justiça e injustiça*, favorecendo a *vontade de agir coletivamente*, devido à percepção de conexão de seus interesses com as *metas e ações coletivas dos movimentos que se envolvem*. Os estudantes que não participam desconfiam dos lugares públicos participativos e demonstram desinteresse pelos assuntos públicos, embora apontem um desconforto em não participar. Suas *crenças, valores e expectativas societais*, associadas aos sentimentos de *ineficácia política* dificultam o desenvolvimento da consciência política. Conclui-se que estes estudantes possuem uma

consciência política de senso comum, demonstrando valores inerentes aos modismos presentes na vida cotidiana das pessoas. Já os estudantes com participação mais ativa apresentam uma *consciência política de conflito*, motivando-os à participação nos lugares avaliados como eficazes às suas proposições. Entretanto, o Centro Acadêmico, principal lugar de representação e participação dos interesses dos estudantes dos cursos em estudo, encontra-se sem direção e participação nas instâncias institucionalizadas na universidade.

Palavras-chave: Consciência Política; Participação Cidadã; Lugares Públicos Participativos; Estudos Organizacionais.

POLITICAL AWARENESS AND CITIZEN PARTICIPATION OF BUSINESS ADMINISTRATION STUDENTS: AN EXPLORATORY STUDY AT A PUBLIC UNIVERSITY IN THE BRAZIL.

ABSTRACT

This study analyzes the dynamics of business undergraduate students' political awareness at a Brazilian public federal university concerning their citizen participation in participatory public spaces. The data were gathered and analyzed in two stages, through questionnaires and semistructured interviews in 2014, submitted to content analysis approach. Interest in exercising citizenship, improving public policies, getting involving in political issues and defending their interest in conflict circumstances are justifications listed by those who participate. Students with more active participation show *beliefs, social values and expectations* connected to *political efficacy, collective identity, antagonistic interests, feelings of justice and injustice*, which favor the will of acting collectively because they see their interests match the goals of collective actions in the movements they are involved. The students who do not participate suspect these participatory public spaces and show to be uninterested in public issues, even though they seem to be uncomfortable with not participating. Their beliefs, social values and expectations, associated to feelings of political inefficacy hinder their development of political awareness. We concluded that these students have *common sense political awareness*. They show social and political values that are inherent to current fads of people's everyday life. On the other hand, students with more active participation display *conflict political awareness*, which motivates them to participate in places deemed as effective to their propositions. However, the *Centro Acadêmico*, main space for representing students' interests and participation shows to have no direction and participation in institutionalized bodies of the university.

Keywords: Political Awareness; Citizen Participation; Participatory Public Spaces; Organizational Studies.

CONCIENCIA POLÍTICA Y PARTICIPACIÓN CIUDADANA DE ESTUDIANTES DE ADMINISTRACIÓN: UN ESTUDIO EXPLORATORIO EN UNA UNIVERSIDAD PÚBLICA EN BRASIL

RESUMEN

En este artículo se analiza la dinámica de la conciencia política que los estudiantes de Administración de una universidad pública federal brasileña tienen sobre la participación ciudadana en lugares públicos participativos. La discusión se basa en el modelo de análisis de la conciencia política para la comprensión de la participación en acciones colectivas de Sandoval (2001). Los datos se recogieron y se analizaron en dos etapas, a través de cuestionarios y entrevistas semiestructuradas en 2014, sometidos al análisis de contenido

(BARDIN, 2004). Los resultados demuestran, como justificaciones citadas por los estudiantes que participan, el interés en ejercer la ciudadanía, en mejorar las políticas públicas, el gusto por asuntos públicos y la defensa de sus intereses en circunstancias conflictivas. En los estudiantes con una participación más activa, se observaron creencias, valores y expectativas sociales, articuladas a la eficiencia política, identidad colectiva, intereses antagónicos, sentimientos de justicia e injusticia, lo que favorece a las ganas de actuar colectivamente, debido a la percepción de conexión de sus intereses con las metas y acciones colectivas de los movimientos en los que se involucran. Los estudiantes que no participan desconfían de los lugares públicos participativos y demuestran desinterés por los asuntos públicos, aunque señalan un malestar por no participar. Sus creencias, valores y expectativas sociales, asociadas a los sentimientos de ineficacia política dificultan el desarrollo de la conciencia política. Se concluye que estos estudiantes tienen una conciencia política de sentido común, demostrando valores inherentes a los modismos presentes en la vida cotidiana de las personas. Mientras tanto, los estudiantes con una participación más activa presentan una conciencia política de conflicto, lo que les motiva a participar en los lugares considerados como eficaces para sus proposiciones. Sin embargo, el Centro Académico, principal lugar de representación y participación de los intereses de los estudiantes de los cursos en estudio, se encuentra sin dirección y participación en las instancias institucionalizadas en la universidad.

Palabras claves: Conciencia Política; Participación Ciudadana; Lugares Públicos Participativos; Estudios Organizacionales.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o desenvolvimento da democracia direta tem constituído novos lugares e oportunidades de participação dos cidadãos nos mecanismos (não) institucionalizados, visando influenciar os processos de tomada de decisão pública (STRECK; ADMS, 2006). Entretanto, isso não ocorre na sociedade brasileira sem conflitos de interesses, como se pode observar na tentativa de instituição da *Política e Sistema Nacional de Participação Social*, através do Decreto presidencial nº 8.243/2014, que teve seus efeitos anulados pelo Congresso Nacional através da aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº1491/2014.

No contexto estadual, onde encontra-se a universidade, objeto da pesquisa que gerou este artigo, a participação é relacionada ao desenvolvimento no planejamento estratégico do governo estadual (2011-2014). Nesse planejamento, o eixo *Empregabilidade, Participação e Promoção Social* visa estimular a participação social e consolidar a cidadania, apontando, ainda, a importância da qualificação da mão de obra para melhorar o desempenho do mercado de trabalho no Estado.

Nesse cenário, a universidade pública federal destaca-se, devido a expectativa de que ela contribua tanto para a formação profissional do indivíduo, quanto para o desenvolvimento

de práticas que promovam a cidadania (BRASIL, 1996). Nesse sentido, verifica-se, na literatura, um clamor por despertar e desenvolver valores sociopolíticos nos estudantes universitários (MARANHÃO; PAES DE PAULA, 2011; VIEIRA; BARROS, 2008). Nos estudos organizacionais, defende-se uma formação que desenvolva nos estudantes uma reflexão crítica sobre a atuação dos administradores nas organizações e na sociedade, a fim de fazê-los perceber o potencial da sua prática profissional para a transformação social (PETINELLI-SOUZA; MENDES, 2013; PAES DE PAULA, 2012). Aktouf (2005) propõe a revisão dos cursos nessa área, criticando a ênfase no capital e no enriquecimento individual. Mas, o que pensam os estudantes de Administração sobre esse assunto? Eles conhecem os lugares públicos participativos na administração pública? Participam de ações coletivas (não) institucionalizadas na sociedade?

Tendo em vista que a participação, ou não, dos sujeitos em ações coletivas ou individuais, é determinada pela consciência política, formada no percurso de suas vidas num processo psico-sócio-histórico, este artigo tem como objetivo analisar a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira quanto à participação cidadã nos lugares públicos participativos, preenchendo uma lacuna na literatura sobre o tema, pois são escassos os estudos que tratam desta questão.

Para tanto, adota como marco teórico o “Modelo de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” (SANDOVAL, 2001) e a pesquisa qualitativa (GASKELL, 2002), cujos dados foram obtidos através da análise de documentos, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas, submetendo-os à análise de conteúdo *a priori* (BARDIN, 2004), utilizando as dimensões do modelo citado como macrocategorias de análise.

O artigo estrutura-se em seis partes, sendo esta introdução a primeira. Na segunda parte, discute-se o conceito de participação cidadã utilizado e descreve-se o “Modelo de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” de Sandoval (2001). Na terceira parte, expõe-se a metodologia de pesquisa utilizada, que recorreu a uma abordagem exploratória e qualitativa. Na quarta parte, descreve-se o curso de graduação em Administração analisado. Na quinta parte, apresenta-se a análise dos resultados. Na sexta parte, tecem-se as considerações finais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Descreve-se, neste tópico, a fundamentação teórica deste artigo.

1.1 A participação do cidadão

A partir da década de 1980, os movimentos sociais deram uma grande contribuição para o processo de democratização em muitos países da América Latina, especialmente no Brasil (AVRITZER, 2002). Isso porque, coexistindo à ditadura militar, os movimentos sociais reivindicavam mudanças estruturais, socioculturais e/ou econômicas, através da participação (TATAGIBA, 2009). Nesse processo, promulgou-se uma nova Constituição Federal no Brasil em 1988, apelidada de Constituição Cidadã, por ser considerada mais democrática e demandar a participação cidadã.

Neste artigo, conceitua-se participação cidadã como aquela proveniente da participação dos cidadãos nos lugares públicos participativos, institucionalizados ou não, visando intervir nos processos de tomada de decisão pública (BERGANTIÑOS, 2011; TEIXEIRA, 1997). Os mecanismos participativos institucionalizados são os meios pelos quais o poder público se relaciona com os cidadãos, visando efetivar a participação dos mesmos nos processos de consulta e decisão da administração pública. Por sua vez, os mecanismos não institucionalizados referem-se aos canais de participação não convencionais, que expressam a mobilização social, cuja iniciativa não está articulada com os poderes ou instituições públicas, mas sim com as manifestações e protestos, movimentos sociais de temáticas diversas, abaixo-assinados, entre outros (BAQUERO; BORBA, 2008). Enfim, ambos podem ser considerados lugares públicos de participação, de modo que adota-se o termo *lugares públicos participativos (não) institucionalizados* para se referir a essas oportunidades de participação.

A obrigação constitucional dos entes federados de criarem lugares participativos ampliou as oportunidades de participação da sociedade civil para veicular seus interesses, observando-se uma demanda crescente por direitos relacionados à cidadania (PAES DE PAULA, 2005). No entanto, a partir de 1990, no Brasil, os debates reformadores da década de 1980, focados na redução dos problemas sociais, foram interrompidos e alterados por outros debates pautados na questão do ajuste estrutural do Estado. A participação continuou ganhando destaque, porém com o sentido de ferramenta de gestão nos processos da gestão pública para garantir a eficiência e eficácia das políticas implementadas, principalmente nas políticas sociais (TATAGIBA, 2009).

Embora as oportunidades de participação apresentem-se com maior evidência nas sociedades democráticas, a efetiva participação dos cidadãos não acompanha necessariamente a tendência de consolidação e ampliação dos lugares públicos participativos em diversas sociedades, inclusive a brasileira. Estudos (inter)nacionais demonstram diversos motivos que

facilitam ou dificultam a participação dos cidadãos. Observa-se que tais motivos se relacionam de alguma forma com as dimensões do modelo de consciência política de Sandoval (2001), que será apresentado na seção seguinte. Partindo do princípio de que tanto os mecanismos participativos institucionalizados como as ações coletivas na sociedade são lugares públicos de participação (STRECK; ADAMS, 2006), considera-se que ambos representam circunstâncias políticas específicas para a participação, possibilitando a atuação dos sujeitos dentro de um contexto político coletivizado.

1.2 O Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas

A ação coletiva se refere à ação de indivíduos num contexto de coletividade, visando o alcance de objetivos específicos, que são compartilhados através de uma identificação coletiva, de forma a impulsionar as pessoas à ação em grupo para alcançar o objetivo pretendido (SANDOVAL, 2001). Sendo assim, as ações coletivas são oportunidades de mobilização coletiva. Todavia, a ação das pessoas não acontece de forma igualitária frente a essas oportunidades, pois as ações dos sujeitos se dão em conformidade à composição da consciência política dos mesmos (SANDOVAL, 2001).

Para Sandoval (1989, p. 68), a consciência política “ocorre na interseção entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo com seus preconceitos de fundo cultural e as reflexões conscientes de custos e benefícios de participar”. Silva (2007) explica que a formação da consciência política faz parte de um processo psico-sócio-histórico de vida dos sujeitos que atuam de modo diversificado, conforme a complexidade da realidade de cada um. A partir da internalização das instituições, crenças, cultura e valores construídos socialmente e mediante o diálogo interno vivido por cada sujeito é que se dá a individuação do mesmo. Com base no diálogo que o sujeito faz consigo próprio, ele responde à dinâmica social na qual está inserido, construindo seus conhecimentos (SILVA, 2007). Costa (2007, p. 82) aponta que, nesse processo, se entrelaçam aspectos psicossociais de modo a construir o indivíduo, sua visão de mundo e sua consciência, pois “a consciência política não pode ser compreendida a partir de si mesma, mas a partir dos significados que os indivíduos atribuem à realidade social”.

Portanto, a consciência política é resultante do processo relacional entre o indivíduo e o meio no qual está inserido, lidando com aspectos psicossociais no decorrer de sua história de vida e da sociedade (SANDOVAL, 2001). Nesse processo, os sujeitos constroem símbolos e significados, bem como os parâmetros da vida social, elaborando concepções sobre o seu

modo de vida e convivência em sociedade, uma vez que tais concepções moldam sua consciência política e seu potencial de ação enquanto agente histórico de transformação social (SANDOVAL, 2001). Ressalta-se que a construção da consciência política é um processo contínuo, cuja ressocialização se efetiva nas práticas da vida cotidiana propiciando oportunidades psicopolíticas na vida de cada sujeito (SILVA, 2007). As oportunidades psicopolíticas são circunstâncias que podem surgir na vida das pessoas como um dispositivo para o desenvolvimento de uma reflexão mais apurada de sua condição de vida, podendo despertar sua consciência política. Dentre essas oportunidades, encontram-se as práticas de diálogo e escuta promovida nas sociedades democráticas (SILVA, 2007).

No que se refere aos obstáculos à formação da consciência política, Sandoval (1989) destaca os mecanismos de controle social que desenvolvem maneiras de pensar de caráter pouco reflexivas e críticas no que tange às relações sociais. Tais mecanismos, por prejudicarem o desenvolvimento do processo de construção da consciência política, limitam as ações dos sujeitos a uma postura voltada à submissão e à omissão (SANDOVAL, 1989). Entre esses mecanismos de controle social encontram-se as noções culturais e as restrições da vida cotidiana.

Sandoval (2001) considera que a consciência política é composta e organizada por dimensões de percepção da realidade social passíveis de análise sistemática. Para analisar a consciência política, Sandoval (2001) propõe um “Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas”, composto de dimensões analíticas distintas, conceituadas em termos de sentimentos (PALASSI, 2011), citadas a seguir: *a) identidade coletiva; b) crenças, valores e expectativas sociais; c) interesses antagônicos e adversários; d) eficácia política; e) sentimentos de justiça e injustiça; f) vontade de agir coletivamente; e g) metas e ações do movimento social*. Essas dimensões, em conjunto, constroem o ator político na sociedade (SANDOVAL, 2001) e se articulam dinamicamente, possibilitando diversas relações, as quais não se encontram sujeitas a um padrão sequencial ou hierárquico, nem necessariamente a uma articulação entre todas elas (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001).

A *identidade coletiva* se constitui como um sentimento de solidariedade desenvolvido pelos vínculos interpessoais estabelecidos e vivenciados pelos indivíduos, valorizando os laços de pertença ao se identificarem com as categorias sociais (COSTA, 2007; SANDOVAL, 2001). Nesse processo, são compartilhados interesses comuns entre as pessoas, despertando sentimentos de coesão social e pertencimento a um grupo, mobilizando-as à reivindicação coletiva (ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001). Sendo assim, os indivíduos atribuem valor às

metas coletivas como benefício pessoal e coletivo, procurando instrumentalizar-se para alcançar a mudança desejada, mobilizando-se para a ação (COSTA, 2007).

A dimensão *crenças, valores e expectativas sociais* refere-se à visão de mundo do indivíduo em sua relação com a sociedade. Essa dimensão diz respeito à representação social construída pelo sujeito sobre a estrutura social, práticas e finalidades sociais. Ou seja, diz respeito aos significados que os indivíduos atribuem à organização social, sendo tais significados produto das interações sociais e experiências vividas pelos sujeitos (COSTA, 2007). Ansara (2008) destaca tal dimensão por se associar à construção da memória política, visto que as *crenças, valores e expectativas* expressam a ideologia política do indivíduo.

Os *interesses antagônicos e adversários* revelam os sentimentos do indivíduo em relação aos interesses materiais e simbólicos e como estes se opõem aos interesses de outros grupos, identificando a existência de rivais ou adversários (SANDOVAL, 2001). A visibilidade e a identificação dos adversários facilitam a mobilização dos indivíduos à ação e à coordenação de ações frente a um objetivo comum (SILVA, 2007; SANDOVAL, 2001). Todavia, essa identificação nem sempre é fácil ou possível, sendo apontados como adversários os atores que ganham mais visibilidade numa circunstância de conflito (SILVA, 2007).

A *eficácia política* expressa os sentimentos que os indivíduos possuem sobre a sua capacidade de intervenção numa dada situação política, apoiando-se na Teoria da Atribuição de Hewstone (1989). Baseado nesta teoria, Sandoval (2001) explica como as pessoas interpretam as causas, circunstâncias e os motivos de situações vividas por elas. Assim, o autor menciona que os sujeitos podem adotar uma postura conformista devido ao sentimento de baixa eficácia política, buscando soluções individualizadas para situações sociais, ou adotando ações individualizadas ou coletivas que lhes permitam tornar-se um ator social (SANDOVAL, 2001).

Os *sentimentos de justiça e injustiça* são inerentes à tais sentimentos pessoais que são construídos socioculturalmente. A percepção de ruptura dos vínculos de reciprocidade gera no indivíduo o sentimento de injustiça, estabelecendo o descontentamento político, mobilizando as pessoas para ação coletiva (ANSARA, 2008; SANDOVAL, 2001).

Desse modo, a predisposição do indivíduo para participar de ações coletivas e intervir na sociedade, engajando-se em ações coletivas, refere-se à *vontade de agir coletivamente*. Nessa dimensão, assim como em outras do modelo, Sandoval (2001) ressalta a capacidade de análise e decisão do indivíduo mediante diversos fatores que podem (des)motivá-lo a participar de ações coletivas e nos movimentos sociais. Segundo o autor, as decisões dos

indivíduos se relacionam com as informações e significados conferidos às demais dimensões do modelo, assim como ocorre na última dimensão apontada: *metas e ações do movimento social*. Nela, observa-se o grau de percepção do indivíduo sobre a conexão entre os objetivos do processo em que está envolvido com as estratégias de atuação desenhadas por ele, somadas aos seus sentimentos de injustiça, interesses e sentimentos de eficácia política.

Apresentadas as dimensões que compõem o modelo analítico para compreensão da participação em ações coletivas de Sandoval (2001), considera-se que o mesmo é atual e pertinente ao objetivo deste artigo, pois o jogo de reflexões realizadas pelos indivíduos nos permite compreender a dinâmica da consciência política. A seguir, descreve-se os aspectos metodológicos adotados na pesquisa com base neste modelo analítico.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que originou este artigo é de caráter exploratório, pois seu propósito foi levantar evidências para o aprofundamento dos achados da investigação em futuros trabalhos. Os dados foram coletados e analisados em duas etapas, por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas em 2014 (BAUER e GASKELL, 2003), submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2004). Vale ressaltar que o levantamento realizado por meio dos questionários teve caráter exploratório e buscava identificar quem seria entrevistado.

Dessa forma, a coleta de dados foi realizada em três etapas. Entre os documentos analisados tem-se o Regimento Geral da Instituição; o Manual do Aluno do Curso de Administração Noturno; o Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação em Administração; as Atas das Reuniões do Departamento de Administração no período de fevereiro a setembro de 2014 (via sistema de atas da instituição) e o Estatuto do Centro Acadêmico de 2014. Estes documentos não foram citados nas referências bibliográficas para evitar a identificação da universidade. A aplicação do questionário visava identificar os alunos que participam e não participam nos espaços públicos de participação, dispostos a conceder entrevistas semiestruturadas, levantando dados para a próxima etapa: as entrevistas semiestruturadas.

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes de graduação em Administração no turno matutino e noturno, matriculados no primeiro semestre letivo de 2014, preferencialmente a partir do 7º período, por ser mais próximo ao final do curso. A opção em contemplar estudantes dos dois turnos deve-se à possibilidade de opiniões diferentes, devido as características dos estudantes que optam por um ou outro turno. Os critérios de seleção dos estudantes pautaram-se em uma noção prévia sobre os lugares públicos participativos, buscando uma equiparação, quando possível, quanto a turno, sexo e ocupação (se somente

estudam ou se estudam e trabalham), selecionando aqueles que (não) participam para possibilitar a análise da consciência política em sua relação com a participação cidadã. Embora não estivessem necessariamente matriculados em períodos finais do curso, os membros do Centro Acadêmico, gestão 2014 (mandato 2014/1 a 2014/2) foram convidados a participar porque esse é o principal lugar público de participação para defesa dos interesses dos estudantes dos cursos de graduação em Administração. Os membros da Empresa Junior de Consultoria em Administração (mandato 2013/2 a 2014/1) também foram convidados a participar devido à iniciativa em agir coletivamente na empresa e porque esta empresa faz parte do movimento de empresas juniores.

O contato com os alunos, convidando-os a participar da pesquisa, ocorreu durante parte de um tempo disponibilizado pelos professores nas disciplinas do sétimo período do curso, em ambos os turnos, e com os membros do Centro Acadêmico e da Empresa Júnior. Tanto o preenchimento dos questionários como a realização das entrevistas ocorreram na universidade ou em locais escolhidos por eles. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização dos estudantes, sendo transcritas posteriormente.

Chegou-se ao quantitativo de 42 (quarenta e dois) questionários preenchidos, sendo 21 (vinte e um) em cada turno (matutino e noturno). No entanto, 6 (seis) alunos em cada turno não aceitaram participar da próxima fase. Assim, foram considerados 30 questionários, sendo 15 em cada turno, para identificar a participação ou não dos estudantes nos lugares públicos participativos (não) institucionalizados e as respectivas justificativas, a fim de subsidiar a realização das entrevistas. A elaboração do questionário baseou-se na revisão de literatura sobre participação cidadã, contemplando perguntas abertas e fechadas referentes às seguintes questões: a) (des) conhecimento dos lugares públicos participativos no estado e seus municípios; b) motivos do desconhecimento; c) participação ou não nesses lugares; por que (não) participam; percepções sobre quem melhor defende os interesses dos cidadãos, d) importância da sua participação nas decisões da Administração Pública e e) contribuições da sua formação universitária para transformação da sociedade.

Os resultados revelaram que 12 estudantes não participam nos lugares públicos participativos e 18 participam em pelo menos um destes lugares. A maioria dos estudantes apontam *o cidadão como quem melhor defende os seus interesses* (22 estudantes) e *consideram que a formação em Administração contribui ou contribui parcialmente para a transformação da sociedade*. A minoria *não considera importante sua participação nas decisões da Administração Pública* (4 estudantes) devido a *falta de interesse pelos assuntos desta área*. Além disso, entre os lugares públicos participativos indicados, destacam-se como

os mais desconhecidos: o *Planejamento Plurianual on line (governo estadual e municipal)* (15 estudantes); *Referendo* (14 estudantes); *Conselhos Gestores de Políticas Públicas* (12 estudantes); *Conferência\Fóruns Temáticos* (9 estudantes). Vale ressaltar que a soma dos números apresentados não totaliza 30 estudantes porque havia a possibilidade de assinalar mais de uma questão nas respostas das perguntas do questionário.

O roteiro de entrevista foi elaborado com base nos resultados obtidos nos questionários e nas dimensões do modelo proposto por Sandoval (2001). Foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas, sendo 8 no turno matutino e 9 no turno noturno, com os estudantes que responderam o questionário e aceitaram participar deste segundo momento da coleta de dados. Os resultados revelaram que 8 estudantes não participam nos lugares públicos participativos e 9 participam em pelo menos um destes lugares. Além disso, adotou-se uma ficha para registro de expressões corporais dos entrevistados, tonalidades, ênfases nas respostas e demais elementos de comunicação não verbal que pudessem expressar dados relevantes à pesquisa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A técnica de saturação foi adotada na definição da quantidade de sujeitos abordados devido à dificuldade de se definir previamente a quantidade de observações necessárias para esgotar os assuntos tratados nas categorias de análise (THIRY-CHERQUES, 2009). Os dados foram submetidos à análise de conteúdo *a priori* (BARDIN, 2004), adotando-se as dimensões do modelo proposto por Sandoval (2001) como macrocategorias de análise. Na interpretação dos dados, buscou-se compreender o sentido dos motivos em relação às categorias de análise (BARDIN, 2004). Para preservar a identidade dos estudantes abordados, os nomes citados na descrição dos resultados no item 5 deste artigo são fictícios.

3 CONTEXTO: OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Os cursos de graduação em Administração da universidade em análise são ofertados nos turnos matutino e noturno. A oferta do curso pela manhã é realizada desde 1969, sendo a matriz curricular composta por disciplinas obrigatórias e optativas, distribuídas em 8 módulos semestrais. Já a oferta para o turno noturno iniciou-se no segundo semestre de 2009 devido à adesão ao Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, visando ampliar o acesso à educação superior na graduação. O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e é uma das ações que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE do governo federal sob o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010). As disciplinas que integram a matriz curricular do curso noturno

são distribuídas em 9 módulos semestrais em face do ajuste necessário para oferta do curso no período noturno.

Cabe aos cursos de graduação em Administração analisados “formar profissionais com conhecimentos conceituais e técnicos, capazes de exercer seu papel com *consciência crítica* em relação aos contextos organizacionais e sociais onde estiverem inseridos”. Durante o curso, há algumas alternativas de aprendizagem complementares que visam contribuir com a formação, como: a Empresa Júnior, que busca proporcionar conhecimento aliando a teoria e a prática; Atividades Complementares desenvolvidas para valorizar o aprendizado em ambientes alternativos à sala de aula; Estágio Supervisionado visando possibilitar a vivência dos alunos nos ambientes organizacionais; Programa de Educação Tutorial – PET objetivando promover a formação ampla em administração ao estimular a fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social de todos os participantes.

Além de tais espaços, há ainda o Centro Acadêmico, que proporciona a participação dos estudantes em Administração na defesa dos direitos e reivindicações dessa comunidade estudantil. Assim, por meio da participação de seu presidente ou da indicação de um membro do Centro Acadêmico, os estudantes são representados nos colegiados da universidade citados a seguir: reuniões do Departamento de Administração, Colegiado do curso e da Diretoria da unidade à qual está vinculada à graduação em Administração. Todos os alunos matriculados no curso de Administração são membros do Centro Acadêmico, cujas instâncias de deliberação são a Diretoria Executiva e a Assembleia Geral de Estudantes de Administração.

Ao analisar-se a grade curricular dos cursos de Administração, identificam-se três disciplinas que têm relação com o tema deste trabalho: Política e Administração (obrigatória em ambos os cursos); Gestão Pública (obrigatória apenas no curso noturno) e Tópicos Especiais em Administração Pública (optativa apenas no curso matutino), cuja ementa é definida pelo professor, podendo abordar ou não conteúdos relativos à relação entre o Estado e a sociedade civil e, por ser optativa, não é ofertada regularmente. Considera-se, a princípio, o potencial dessas disciplinas para despertar nos estudantes uma reflexão sobre a relação entre o Estado, a sociedade e as organizações, de forma a influenciar o seu processo de formação cidadã. No entanto, pode-se indagar por que a disciplina Gestão Pública é obrigatória somente em um curso, embora os estudantes do curso matutino que se interessem pelo tema possam se matricular. Sendo assim, os estudantes do curso matutino que privilegiem conhecimentos em outras áreas podem concluir o curso sem ter contato com temas inerentes à relação entre as Organizações, o Estado e a Sociedade. Entende-se, que estes estudantes acabam perdendo a

oportunidade de enriquecer sua formação cidadã e de refletir sobre a relação entre organizações, sociedade e Estado.

4 CONSCIÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

A análise dos resultados é apresentada a seguir em duas partes, sendo a primeira relativa aos estudantes que participam e a segunda aos estudantes que não participam.

4.1 Estudantes que participam nos lugares públicos participativos

Dos 17 estudantes entrevistados, 9 participam em pelo menos um lugar público participativo, sendo 5 do turno noturno (Garcia, Sabrina, Jairo, João Pedro e Vitório) e 4 do matutino (Roberta, Ronaldo, Julia e Andrade). Verifica-se que 7 estudantes encontram-se em períodos finais do curso e 6 conciliam os estudos com o trabalho. Os 9 estudantes estão na faixa etária de 22 a 26 anos e apresentam contextos de inserção diferenciados. Sabrina, João Pedro e Vitório residem em bairros de periferia, tendo renda familiar que varia de R\$ 1.700,00 a R\$ 5.000,00. Garcia, Jairo, Roberta, Ronaldo, Julia e Andrade residem em bairros nobres, apresentando renda de R\$ 4.700,00 a R\$ 10.000,00. Entende-se que a vivência em circunstâncias menos favorecidas não é condição necessária para o desenvolvimento da consciência política e para o envolvimento em ações coletivas, como são os lugares públicos participativos. Mas, oportunidades de participação em ambos os contextos e a convivência com pessoas ou grupos de pertença parece contribuir mais para o desenvolvimento da consciência política, como evidenciado na experiência de Sabrina. A participação mais ativa nos lugares públicos participativos é identificada nos estudantes do turno noturno.

Entre os estudantes que participam nos lugares públicos participativos notam-se envolvimento de forma tanto a tomar parte, ou seja, de uma participação mais atuante nos processos, como de forma a fazer parte, isto é, uma participação não tão ativa (BORDENAVE, 1994). Sabrina e Jairo, estudantes do turno noturno, possuem experiência de participação mais ativa nos processos de participação nos quais se envolvem, enquanto os demais se inserem mais num contexto a fazer parte.

Entende-se que a consciência política dos estudantes com participação cidadã mais ativa se relaciona às suas *crenças, valores e expectativas sociais*, aliadas a seus *interesses*. Esses estudantes consideram sua participação importante na Administração Pública, apontando uma inclinação aos assuntos públicos e à defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito (MILANI, 2008). Os motivos citados para justificar a participação

revelam sentimentos de *eficácia política* nos lugares públicos participativos institucionalizados nos quais participam. Interpreta-se que esses estudantes possuem concepções que marcam sua consciência política, percebendo-se como agentes de transformação social, num contexto a considerar sua atuação, como fator de mudança em uma sociedade estratificada. Pode-se dizer que esses estudantes têm uma consciência política compatível com uma consciência de conflito, nos termos apresentados por Sandoval (1989), visto que tal consciência surge no reconhecimento da estratificação da sociedade e dos diferentes interesses das classes sociais.

Assim, a *identidade coletiva* demonstrada por esses estudantes torna-se um diferencial, influenciando na sua *vontade de agir coletivamente*. Isso por terem constituído vínculos e sentimentos de pertença a um coletivo: Sabrina, com o funcionalismo público e enquanto munícipe; Jairo, com os ciclistas. Verifica-se uma percepção de reciprocidade de vínculos no histórico de vida, em que experiências anteriores de participação associativa ou política (Sabrina) fizeram com que redes interativas construídas ao longo de sua vida (LUCHMANN; BORBA, 2008) despertassem um sentimento de implicação em assuntos públicos (MILANI, 2008). Por outro lado, a maioria dos estudantes de administração que participam dos lugares públicos participativos institucionalizados e que possuem uma característica de baixo envolvimento não se identifica com uma categoria social específica. Observa-se uma conexão entre suas *crenças, valores e expectativas sociais*, com as *metas e ações do movimento social*, mediante a inclinação aos assuntos públicos, como no caso de Sabrina, ou os sentimentos de *antagonismo de interesse* e de *injustiça*, como no caso de Jairo.

Percebe-se que os estudantes que participam nos lugares públicos participativos institucionalizados, de forma a tomar parte, têm em comum a percepção de si enquanto agente potencial de mudança na sociedade. Autoconfiantes, acreditam na sua capacidade de intervir nas decisões dos assuntos públicos por vias institucionalizadas, seja em ações coletivas, como demonstrado por Jairo e Sabrina, seja mediante ações individuais, conforme cita Sabrina. Tal percepção vai ao encontro das considerações de 18 estudantes que preencheram o questionário, ao considerar sua participação na Administração Pública importante. Porém, essa percepção de si, enquanto agente transformador, não se encontra entre os estudantes que participam de forma a fazer parte, ou seja, com atuação não tão ativa, visto que apresentam sentimentos de baixa capacidade de ação, adotando posturas conformistas, assim como sentimentos de capacidade de ação individualizada. Nesse sentido, a percepção desses estudantes em muito se assemelha com a dos estudantes que não participam.

Os estudantes que participam nos lugares públicos participativos institucionalizados pelo estado e seus municípios possuem uma visão favorável desses lugares e concordam com seu uso como método de governo, conforme as falas de Jairo, Sabrina, João Pedro, Andrade, Julia. Todavia, também se evidenciam pontos de vista contrários à instituição da participação social como método de governo nos estudantes que participam nos lugares públicos participativos, fundamentando-se não numa visão contra tais lugares, mas sim contra os modos de organização ou uso dos mesmos. Gabriel, Ronaldo e Roberta receiam a reprodução de vias de representação no modelo de representação já existente.

Destaca-se que para os estudantes de Administração, principalmente os que participam nos lugares públicos participativos, a participação social deveria ocorrer com caráter consultivo e não decisório. Os estudantes justificam esse posicionamento mediante a valorização do conhecimento técnico e uma descrença na capacidade dos cidadãos em geral de participar dos processos de participação, principalmente aqueles que se encontram à margem da sociedade, revelando suas *crenças, valores e expectativas sociais*.

No caso específico dos estudantes do turno noturno, que participam nos lugares participativos institucionalizados, há de se considerar a articulação das *crenças, valores e expectativas sociais* com a *eficácia política e a identidade coletiva* e com os *interesses antagônicos e adversários*, visto que a defesa de seus interesses em circunstâncias de conflito também é apontada como justificativa para participação. O conflito apresentado por Jairo pela manutenção de uma ciclovia numa avenida da cidade onde reside, numa disputa com os comerciantes locais que pleiteavam a retirada da mesma na Prefeitura Municipal, demonstra esses *interesses antagônicos*. Observa-se, ainda, uma relação com os *sentimentos de justiça e injustiça*, na medida em que percebe a possibilidade de retirada dessa ciclovia como uma injustiça, motivando-o a participar da audiência pública promovida pela prefeitura do município para discutir o assunto com a comunidade, evidenciando o sentimento de *eficácia política*.

Em geral, a *vontade de agir coletivamente* dos estudantes de Administração ocorre na medida em que eles consideram sua participação necessária, ou seja, quando percebem riscos ao não participar. O caso de Jairo também exemplifica essa inferência. Mediante a ameaça de retirada da ciclovia, ele avalia que a sua participação promove mais benefícios do que custos, decidindo participar. A conexão entre os objetivos do processo, no caso, a audiência pública e as estratégias de atuação desenhadas por ele, diante do *sentimento de injustiça* provocado pela identificação de *interesses antagônicos*, promoveu o *sentimento de eficácia política*, ao

identificar-se com as *metas e ações do movimento*, despertando a *vontade de agir coletivamente*.

Todavia, contradições aparecem nas entrevistas de Jairo e Vitório, membros da gestão 2014, ao considerarem o Centro Acadêmico eficaz politicamente, embora ambos cite dificuldades para reverberar suas ações em resultados. A ineficácia é justificada pela falta de pessoas envolvidas com as atividades do lugar. A justificativa pauta-se na *crença* de que os estudantes não participam do Centro Acadêmico devido à *expectativa* de pouco retorno com seu envolvimento nesse lugar, identificando mais custos que ganhos por dispensar tempo em ações que não lhes interessam. Além disso, Jairo e Vitório percebem uma imagem negativa do Centro Acadêmico perante os demais estudantes do curso, provocada pelo sentimento de *ineficácia política*. Nota-se que, conquanto reconheçam a falta de representação estudantil nas reuniões do Departamento de Administração e do Colegiado do Curso, Vitório, presidente do Centro Acadêmico, nega a solicitação de uma estudante de Administração para exercer essa representação. A decisão foi tomada porque a estudante é membro da Empresa Júnior. Na justificativa dessa decisão, observa-se uma preocupação dos membros do Centro Acadêmico em evidenciar a legitimidade política desse lugar, demonstrando em suas concepções um embate político com a Empresa Júnior. De tal modo, verificam-se *crenças, valores e expectativas sociais* de legitimidade do Centro Acadêmico para lidar com assuntos estudantis e que estes não caberiam à Empresa Júnior, personificada na referida estudante, o que a impediria, portanto, de atuar em área que não seria de sua competência – e também por se entender que a solicitação é oriunda da Empresa Júnior e não de uma estudante do curso.

No que se refere à participação em lugares públicos participativos não institucionalizados, o interesse em exercer a cidadania (MILANI, 2008) é citado em ambos os turnos como motivo para participar, revelando *crenças* de que esses lugares são meios adequados para o exercício da cidadania a que se referem. Alia-se à isso a consideração, por parte desses estudantes, de que os movimentos e protestos são meios válidos para se demonstrar a insatisfação da população. Tais percepções evidenciam as *crenças, valores e expectativas sociais* (SANDOVAL, 2001) que se articulam com os *sentimentos de eficácia política*, considerando os movimentos e protestos recursos adequados para alcançar sua pretensão, tendo em vista o interesse em melhorar políticas públicas (MILANI, 2008).

Para justificar a participação nas manifestações de junho de 2013, ocorridas em algumas cidades da região metropolitana, onde se localiza a universidade em análise, os estudantes apontaram o *sentimento de injustiça* no trato com os gastos públicos, bem como a *crença* de que com tal mobilização se mostraria o poder do povo aos governantes. Evidencia-

se, assim, uma articulação dos *sentimentos de injustiça*, com suas *crenças, valores e expectativas sociais*, e *sentimentos de eficácia política*, uma vez que consideram tais movimentos recursos para demonstrar o poder do povo aos representantes eleitos.

4.2 Estudantes que não participam nos lugares públicos participativos

Dos 17 estudantes entrevistados, 8 não participam nos lugares públicos participativos, sendo 4 do turno noturno (Aliandra, Caique, Bene e Maria) e 4 do matutino (Helena, Fernando, Matias e Vanda). Estes estudantes estão em períodos finais do curso, na faixa etária de 20 a 33 anos e 5 conciliam os estudos com o trabalho. Vanda e Helena residem em bairros de periferia e apresentam renda familiar que varia de R\$ 1.440,00 a R\$ 7.000,00. Os demais residem em bairros nobres, tendo renda de R\$ 2.500,00 a R\$ 30.000,00. Observa-se entre os estudantes que não participam sentimentos de desconfiança nos lugares públicos participativos e desinteresse por políticas públicas, principalmente entre os alunos do turno matutino. Não se observou diferenças significativas nos resultados considerando o sexo, ocupação e a renda.

Verifica-se que a escolha do curso pauta-se em parâmetros de ordem prática, como a *crença* que o curso de Administração é mais fácil para ser aprovado no vestibular (Helena, Matias e Bene) e a *expectativa* de que esta formação facilite o ingresso no mercado de trabalho (Maria, Fernanda, Vanda). Nas falas de Fernando, Caíque e Helena percebem o começo da formação de uma *identidade coletiva* junto aos empreendedores, tendo em vista as redes interativas construídas ao longo de suas vidas (LUCHMANN; BORBA, 2008), pois escolheram o curso por influência de empreendedores na própria família, participando da sua formação como pessoas e, agora, também profissionalmente. O fato de estudar numa instituição de ensino superior pública é citado como um diferencial para suas carreiras, sendo a autonomia de estudo presente no universo acadêmico valorizada por Matias por desenvolver a pró-atividade.

Os estudantes que não participam demonstram *falta de interesse por assuntos da administração pública*, apontando outras prioridades em suas vidas, devido a uma visão pragmática de suas escolhas e ações, como exposto por Fernando: “Meu foco não é esse [assuntos públicos]”. Demonstram também, *desinteresse pelas políticas públicas*, adotando posturas mais propensas à delegação das decisões públicas aos que possuem um “perfil” de participação, ou seja, aos interessados em políticas públicas e que detêm conhecimento sobre os assuntos a serem debatidos nos espaços públicos. Dessa forma, suas *crenças, valores e expectativas sociais* dificultam o desenvolvimento da consciência política, uma vez que

apresentam visões com preocupações pragmáticas, como observado nos motivos para escolha do curso de Administração.

Na análise das entrevistas dos estudantes que não participam nos lugares públicos participativos, verifica-se que eles não se identificam com uma categoria social específica, não se evidenciando, portanto, uma *identidade coletiva* em sua plenitude. Tais estudantes demonstram um sentimento de desconfiança dos lugares públicos participativos institucionalizados, principalmente os que possibilitam a participação aberta dos cidadãos, como as audiências públicas e as assembleias comunitárias, em face do receio de manipulação dos mesmos para fins eleitorais. Nesse sentido, as *crenças, valores e expectativas sociais*, assim como os *sentimentos de eficácia política*, esboçam a prevalência de um sentimento de insegurança e incerteza em relação às instituições, o que eleva os custos da participação sociopolítica (RENNÓ, 1999). Desse modo, afeta a *vontade de agir coletivamente* de forma negativa, pois a decisão final se volta para não participar.

Pôde-se observar, tanto nos estudantes que participam de forma a fazer parte, nos lugares públicos participativos institucionalizados, como nos que não participam, um sentimento de um *dever* de participar. No entanto, entre os que não participam, o pouco interesse pelos assuntos políticos e públicos prevalece por entenderem que seus interesses voltam-se à vida privada, em busca do sucesso profissional. Portanto, esses estudantes não participam por entenderem que a ocupação profissional e a participação são circunstâncias estanques na sociedade, delegando a participação aos que possuem “perfil” para participar. Embora apresentem certo desconforto pelo baixo histórico de participação ou mesmo nenhum, esses estudantes consideram que não compreendem os assuntos a serem tratados por vias públicas e por isso delegam a participação aos interessados nos assuntos públicos. Entende-se que tal percepção é fruto de um *valor* construído socialmente a respeito da independência financeira, como observado no histórico de vida desses estudantes, pois na família e até mesmo no âmbito da universidade se perpetua esse *valor*.

Entre os estudantes que não participam, mas pretendem participar nos lugares públicos participativos, observa-se um paralelo entre as suas considerações e as dos estudantes que participam nos lugares institucionalizados: consideram tais lugares válidos como método de governo, inclusive. No entanto, demonstram indícios do entendimento da participação social como recurso de consulta e não de decisão.

Há de se considerar que os estudantes de Administração que não participam possuem uma percepção da realidade social de forma a pensar que a resolução dos problemas sociais se dá através de ações individualizadas, conforme demonstrado por Matias e Bene, ou mesmo

por ações de caridade, como apontado por Vanda, Helena e Maria. Acredita-se que isso se deve à dificuldade de percepção da conjuntura da sociedade em sua totalidade, num contexto macro das relações sociais, o que prejudica o desenvolvimento de uma consciência política nos termos de Sandoval (2001). Outras percepções, por exemplo, as de Aliandra e Fernando, demonstram sentimentos de ineficácia das ações para transformação da sociedade. Nesse sentido, conformam-se com a realidade em que se encontram, evidenciando sentimentos de baixa capacidade de ação, preferindo “se adaptar”, como cita Fernando na entrevista, frente às dificuldades presenciadas.

A falta de participação nos lugares públicos participativos institucionalizados, em parte, também pode ser compreendida pela análise do desconhecimento desses lugares pelos estudantes de Administração e através das causas citadas por eles para justificar tal desconhecimento. Observa-se que estudantes de ambos os turnos destacam como os mais desconhecidos: o *Planejamento plurianual on-line (governo estadual e municipal)* (7). Possivelmente, o desconhecimento se deve à pouca divulgação dos mesmos à sociedade, o que pode ser atestado quando observadas as causas atribuídas pelos estudantes para o desconhecimento dos lugares indicados nos questionários. Entre as causas mencionadas nas entrevistas, destaca-se a falta de divulgação.

É interessante participar, mas, como eu já te falei, nem sabia disso, aí é um problema meu de não ter procurado, e deles também de não ter divulgado também, mas é interessante. (**ANDRADE, turno matutino, somente estuda, participa**)

Além disso, os estudantes do turno matutino responsabilizam o curso de graduação em Administração pelo desconhecimento dos lugares públicos participativos indicados, tendo em vista a irregularidade de oferta da disciplina Administração Pública. Por outro lado, há de se destacar a falta de interesse apontada como motivo para não conhecer tais lugares, o que evidencia o pouco interesse desses estudantes sobre o assunto.

Embora o Centro Acadêmico se constitua no principal lugar público de participação para representação dos interesses dos estudantes de Administração, há estudantes que estão se formando e o desconhecem, conforme apontado por Vanda, do turno matutino. O desconhecimento pode estar relacionado à fraca atuação do Centro Acadêmico ao longo de sua história. Pode estar relacionado também, à busca de soluções mediante ações individualizadas, como as citadas na entrevista de Vanda, que para enfrentar problemas identificados no curso recorre aos coordenadores do curso diretamente.

Quanto aos lugares públicos participativos não institucionalizados, observam-se percepções favoráveis e contrárias aos mesmos. Os estudantes que não participam, mas são

favoráveis a esses lugares, possuem uma percepção sobre eles semelhante aos que participam. Alegam a falta de tempo como motivo para não participar. Por outro lado, consideram ser mais racional não participar de mobilizações sociais (LUCHMANN; BORBA, 2008), o que indica o comportamento do efeito carona. Os que não participam e possuem uma visão negativa dos lugares públicos participativos não institucionalizados percebem os mesmos como lugares de manipulação por seus líderes e discordam das estratégias adotadas pelos movimentos, manifestações e protestos, principalmente no que tange à prática de atos violentos e à destruição de patrimônio público ou particular.

Embora sejam favoráveis às manifestações e protestos, verifica-se, nas falas dos estudantes, principalmente os do turno matutino, um receio de enfrentar os riscos físicos oriundos do processo de participação, como os ocorridos nos movimentos de junho de 2013, nas cidades brasileiras. Assim, afeta-se negativamente a *vontade de agir coletivamente*. Desse modo, entende-se que os estudantes não participam dos lugares públicos participativos não institucionalizados devido à identificação dos custos e perdas da sua participação. Alia-se à isso a falta de percepção de conexão dos interesses desses estudantes com os dos demais estudantes, uma vez que estão focados na valorização da independência financeira – o que não identificam nas *metas e ações dos movimentos sociais*. A falta de participação ocorre porque eles não percebem seus *interesses* afetados, considerando válidos os lugares públicos participativos não institucionalizados, mas não se envolvendo com os mesmos.

Constata-se, ainda, contradições dos sujeitos na defesa do setor privado, por exemplo, na prestação de serviços públicos, como transporte e mobilidade urbana. Os estudantes apresentam uma *crença* de que os serviços privados são mais eficientes que os serviços públicos, deixando de observar sua contradição ao defender um serviço criticado pela sua ineficiência e ineficácia, como é o caso do transporte público e a mobilidade urbana no Brasil. Tais *crenças* se devem à identificação com um discurso liberal, visto que esses estudantes relacionam-se com sujeitos inseridos no mercado enquanto proprietários de unidades de negócios, conforme se pode verificar nas entrevistas. Apresentada a análise dos resultados, tecem-se no próximo tópico as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou compreender a dinâmica da consciência política dos estudantes de graduação em Administração de uma universidade pública federal brasileira quanto à participação cidadã em lugares públicos participativos.

Verificou-se que as dimensões da consciência política desses estudantes se apresentam em configurações distintas, conforme a realidade vivenciada por cada indivíduo: 1) Sabrina, Jairo, Vitorio, João Pedro e Andrade percebem os lugares públicos participativos institucionalizados como eficazes ferramentas de gestão; 2) Garcia, Ronaldo, Roberta, Fernanda, Helena, Aliandra e Matias desconfiam dos lugares públicos participativos, apresentando receio em relação ao uso dos lugares institucionalizados como ferramentas de gestão. Apesar dessa pluralidade, é possível observar a predominância de uma consciência política de senso comum entre os estudantes dificultando participação (RECK, 2005).

Entende-se que a consciência política dos estudantes se relaciona com a participação cidadã em lugares públicos participativos, principalmente no que se refere aos seus *interesses*, com base nas suas *crenças, valores e expectativas sociais*, provocando sentimentos de *eficácia política*. Isso por apresentarem os dois estudantes com participação mais ativa nos lugares públicos participativos, concepções que marcam sua consciência política percebendo-se como agentes de transformação social (Sabrina, Jairo). Esses estudantes consideram sua atuação um fator de mudança numa sociedade estratificada, apresentando uma consciência política compatível à consciência de conflito (SANDOVAL, 1989). Além disso, a percepção deles é a de que os lugares públicos participativos nos quais se envolvem são eficazes para alcançar suas pretensões, movidas pelos seus sentimentos de *injustiça*, como apresentados por Sabrina e Jairo: Sabrina, pela sensibilização quanto aos problemas sociais enfrentados pela população marginalizada de seu município; Jairo, ao considerar uma injustiça a solicitação de retirada de uma ciclovia em seu município diante de um conflito de interesses entre comerciantes locais e ciclistas.

Verifica-se que o conhecimento sobre os lugares públicos participativos está mais presente nos estudantes do turno noturno do que nos estudantes do curso matutino interessados pela gestão pública. Os estudantes do curso matutino que privilegiam outros conhecimentos podem concluir o curso sem ter contato com informações da relação entre Estado e sociedade, como se evidencia nos resultados deste trabalho. Esses estudantes perdem a oportunidade de enriquecer sua formação cidadã e de refletir sobre a relação entre o Estado, o mercado e a sociedade, devido ao foco de sua formação em outras áreas, possivelmente voltadas ao setor privado, privilegiando o mercado.

Observa-se que o Centro Acadêmico, principal lugar público participativo de representação dos interesses dos estudantes no curso, encontra-se sem direção e participação nas instâncias institucionalizadas da universidade. O processo de *identificação coletiva* entre os membros do Centro Acadêmico da gestão 2014, iniciou-se quando da formação de sua

chapa, devido as *crenças, valores e expectativas sociais* voltadas à promoção de ações em prol da comunidade estudantil dos cursos de graduação em Administração – isso articulado com seus sentimentos de *eficácia política*, vendo o Centro Acadêmico como lugar adequado à representação dos interesses dos estudantes. No entanto, a conjuntura socioeconômica dos estudantes que trabalham e estudam e a *expectativa* de um melhor posicionamento no mercado de trabalho dos estudantes em geral faz com que eles valorizem mais as ações individuais voltadas ao seu processo de ensino, o que afeta a sua avaliação sobre os custos da participação. Nessa avaliação, a *vontade de agir coletivamente* se desfaz e eles decidem não se envolver formalmente nas *metas e ações do movimento* relativo ao Centro Acadêmico.

Esta pesquisa contribui socialmente por fornecer subsídios aos gestores públicos no desenvolvimento de ações estratégicas de conscientização e mobilização de estudantes universitários para participação nos lugares públicos participativos institucionalizados. Dessa forma, a partir das percepções apresentadas neste trabalho, principalmente quanto as *crenças, valores e expectativas sociais, eficácia política e vontade de agir coletivamente*, os gestores públicos podem promover estratégias organizacionais visando a conscientização para valorização da participação da sociedade nos lugares públicos participativos. Além disso, os resultados sobre as dimensões da consciência política e participação cidadã dos estudantes podem contribuir para reflexões inerentes à formação cidadã desses estudantes durante o curso de graduação, no âmbito dos estudos organizacionais.

Diante da defesa de uma formação dos administradores para além das relações convencionais de lucros financeiros (AKTOUF, 2005; PAES DE PAULA, 2012) e por considerar a ressignificação da gestão como um recurso de transformação social (PAES DE PAULA, 2012), este artigo se restringe aos estudantes dos cursos de graduação em Administração. Este trabalho ainda se limita à uma instituição pública de ensino devido à possibilidade de atuação mais livre por parte dos profissionais de ensino a ela vinculados, embora eles possam apresentar posturas críticas frente aos saberes repassados (PETINELLI-SOUZA; SOUZA, 2012).

Sugere-se novas pesquisas que possam viabilizar a análise da criação de oportunidades psicopolíticas no processo de formação dos administradores, a fim de potencializar as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência política e de uma consciência política crítica. Há necessidade de se considerar, minimamente, a pretensão de renovar paradigmas na tentativa de promover reflexões por parte dos estudantes sobre as relações sociais, o Estado e a gestão, de modo que essa última seja ressignificada como instrumento de transformação da sociedade, nos moldes propostos por Paes de Paula (2012).

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. **Revista Organizações e Sociedades**, Salvador, v. 12, n. 35, p. 152-159, 2005.
- ANSARA, S. Memória política: construindo um novo referencial teórico na Psicologia Política. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 31-56, jan./jun. 2008.
- AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In SANTOS, B. S. (ed.). **Democratizar a democracia participativa: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 561-598, 2002.
- BAQUERO, M.; BORBA, J. A (re)valorização dos partidos políticos no Brasil via capital social. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2008.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Dir.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-36.
- BERGANTINÓS, N. Participación y (des)afecciones ciudadanas: algunas experiencias del País Vasco. In: X CONGRESO DE AECPA: LA POLÍTICA EM LA RED, 2011, Murcia. **Anais...** Murcia: AECPA, 2011. p. 1-27.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. n. 95.
- BRASIL. Câmara dos Deputados, Projeto de Decreto Legislativo nº 1491/14. Prop Dep. Ronaldo Caiado (DEM) e Mendonça Filho (DEM). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=617737>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

BRASIL. Decreto Presidencial nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm>. Acesso em:
03 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 jun. 2013.

COSTA, G. P. Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4 (número especial), p. 75-103, nov. 2007.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In DAGNINO, E. (ed.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 64-89.

GOHN, M. G.. Empoderamento e participação das comunidades em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

HEWSTONE, M. **Causal attribution: from cognitive processes to collective beliefs**. Londres: Basil Blackwell, 1989.

LUCHMANN, L. H.; BORBA, J.. Inclusão política, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 44, n. 158, p. 58-68, jan./abr. 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARANHÃO, C. S.; PAES DE PAULA, A. P. Pedagogia crítica e ensino em Administração: em busca de novas abordagens. **Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, Recife, v. 9, p. 438-460, 2011.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista Administração Pública** □ Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-79, mai./jun. 2008.

PALASSI, M. P. **Ações coletivas e consciência política no mundo do trabalho: dilemas subjetivos da participação nos processos de privatização.** Curitiba: Juruá, 2011. p. 109-143.

PAES DE PAULA, A. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 36-49, jan./mar. 2005.

PAES DE PAULA, A. P. **Estilhaços do Real: O ensino da Administração em uma perspectiva benjaminiana.** Curitiba: Juruá, 2012.

PETINELLI-SOUZA, S.; SOUZA, E. M. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re) significações. **Educação em Revista (UFMG. Impressp)**, Belo Horizonte, v. 28, p. 83-102, 2012.

PETINELLI-SOUZA, S; MENDES, E. S. Administradores: por uma formação para além da grande empresa. In: XIII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA DAS AMÉRICAS. 13., 2013, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: UFSC, 2013.

RECK, J. A consciência política dos cooperados do MST: o caso do Coopac – Campo Verde/MS. Tese (doutorado) - Programa Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

RENNÓ, L. R.. Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira. In: BAQUERO, M. (Ed.). **Desafios da democratização na América Latina** □ Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 103-134.

SÁ E SILVA, F. Juristas e acadêmicos lançam manifesto em favor da Política Nacional de Participação. Política, Carta Maior, 12 jun. 2014. Disponível em: <

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Juristas-e-academicos-lancam-manifesto-em-favor-da-Politica-Nacional-de-Participacao%0A/4/31138>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SANDOVAL, S. A. M. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 34, p. 122-129, set. 1989.

SANDOVAL, S. A. M. The Crisis of the Brazilian of labor movement and the emergence of alternatives of working-class contention in the 1990s. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 173-195, jan./jul. 2001.

SILVA, A. S. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in) eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, v.7, n. 1, p. 105-126, abr. 2007.

STRECK, D. R.; ADAMS, T. Lugares da participação e formação da cidadania. In MIGLIEVICH, A.; SILVA, M. Z (Ed.). Cidadania, regulação e participação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 1, p. 95-117, jan./jun. 2006.

TATAGIBA, L. Os desafios da articulação entre sociedade civil e sociedade política, sob o marco da democracia gerencial: o caso do projeto Rede Criança, em Vitória-ES, In: SILVA, M. Z.; BRITO JUNIOR, B. T. (Ed.). **Participação social na gestão pública: olhares sobre as experiências de Vitória-ES**. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 148-193.

TEIXEIRA, E. C. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, N. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, Opinião e Mídia, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 20-27, 2009.

VIEIRA, C. M.; BARROS, M. N. F. Cidadania: entre o compromisso e a indiferença: desvendando as representações sociais de universitários. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 3, p. 513-522, jul./set. 2008. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n3/v13n3a12.pdf>>. Acesso em: 02 jul 2013.

